CÂMARA MUNICIPAL DE AZAMBUJA
APROVADO c/voto de
em reunião de 16/01/2018
O Presidente

--- ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AZAMBUJA DO DIA 3 DE JANEIRO DE 2018. LOCAL DA REUNIÃO — Auditório Municipal do Páteo do Valverde. ----------

--- A reunião teve início às quinze horas e dez minutos e estiveram presentes, pelo Grupo do PS, o Sr. Presidente, Luís Manuel Abreu de Sousa e os Srs. Vereadores Sílvia Margarida Narciso Vitor, Silvino José da Silva Lúcio e António José Mateus de Matos, pelo PSD os Srs. Vereadores Rui Pedro Figueiredo Corça e José Paulo Carvalho Pereira e pela CDU, o Sr. Vereador David José Pinto Mendes. ----------

--- Secretariou a reunião a Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro, Maria Irene Lameiro.

---------- **ANTES DA ORDEM DO DIA** ----------

--- O Sr. Presidente deu inicio à Reunião, cumprimentou todos os presentes a quem desejou um bom ano e deu as boas vindas ao Vereador José Carvalho, que se encontra em substituição da Vereadora Maria João Canilho. ----------

--- **INTERVENÇÕES DO PRESIDENTE E VEREADORES** ----------

--- Interveio o Senhor Vereador David Mendes que, quanto ao aterro da Triaza, lembrou que o que estava licenciado era um aterro RIB, e que, pelo menos teoricamente, cinzas e lamas perigosas nunca teriam entrado lá. Chamou a atenção para as diversas vezes que avisara quanto à incapacidade da Câmara para uma fiscalização cabal das matérias depositadas, sendo com base nesse tipo de fragilidade que as empresas ganhavam muito dinheiro. Referiu que em primeira instancia o responsável pela implantação do Aterro era o Ministério do Ambiente e o que a Câmara poderia ter feito era causar problemas implementação do mesmo. Relativamente ao funcionamento das piscinas, lembrou que, aquando da discussão do respetivo Regulamento de Funcionamento tinha considerado haver excesso de dias de encerramento. Pediu uma vez mais ao Sr. Presidente que notificasse um proprietário de terras que tinham sido movimentadas, para que limpasse as bermas da EN366, pois com chuva as terras vinham todas para a estrada. Iria verificar concretamente o que se passava com o processo uma vez que tal situação era passível de licenciamento municipal, bem como a implementação de estufas excedendo os dois mil metros quadrados. Alertou para a iluminação nos edifícios públicos de dia, considerando haver um problema técnico que deveria ser corrigido. ----------

--- Interveio o Senhor Vereador José Paulo Pereira, que desejou um bom ano a todos e abordou o que considera ser um dos maiores problemas do Concelho de Azambuja - a Educação. Disse ter esperança que o Sr. Presidente e a Sra. Vereadora do Pelouro, com quem se cruzara numa reunião da CPCJ, tivessem uma intervenção positiva, sem descurar um aspeto determinante, o problema sócio económico das famílias, intrinsecamente ligado ao insucesso escolar, entre outras situações que afetavam os jovens. ----

--- A Sra. Vereadora Sílvia Vítor deu conhecimento que o projeto" Azambuja Integra" estava a ser reformulado, uma vez que iriam reforçar a equipa da educação com quatro novos membros, dois psicólogos clínicos, um animador sociocultural e um educador social. Esta equipa que iria atuar também, num projeto de combate ao insucesso escolar, candidatada através da CIMLT e inserida no "Portugal 2020". Disse que tinham sido aumentados os valores das Bolsas de Estudo assim como fora alargado o valor máximo per capita para os quinhentos euros, no sentido de alargar o leque de famílias e estudantes beneficiados. ----------

--- Interveio o Sr. Vereador Rui Corça que solicitou, ao Sr. Presidente, a ata da comissão que visitara o Aterro. Ao que o S. Presidente respondeu ter recebido o documento nessa manhã, e que o enviaria aos Senhores Vereadores. ----------

--- O Sr. Vereador David Mendes, considerando não ter tido resposta à questão colocada acerca de intimar o proprietário do terreno, perguntou mais uma vez ao sr. Presidente o que contava fazer, ao que este disse ir mandar a fiscalização municipal ao local e falar com o proprietário, dando-lhe conhecimento do que o Sr. Vereador dissera. ----------

---------- **ORDEM DO DIA** ----------

--- 1. Proposta Nº 29-A/P/2017 – Cedência de Computadores ao Corpo Nacional de Escutas-Azambuja

--- O Senhor Presidente apresentou a Proposta que a seguir se transcreve: ----------

--- *"Considerando:*----------

--- *que o Corpo Nacional de Escutas —Agrupamento 1382 - Azambuja, solicitou à Câmara Municipal de Azambuja a cedência de dois computadores para uso na sua sede, conforme carta em anexo;*----------

--- *que a Câmara Municipal, dispõe no seu património de equipamento informático que não se encontra em uso pelos serviços;* ----------

--- *que compete à Câmara Municipal de Azambuja deliberar sobre as formas de apoio às entidades e organismos legalmente constituídos, na prossecução de obras e eventos de interesse municipal, cfr. al) o) do nº 1 do artigo 33º do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.*----------

--- Proponho: ----------
--- Que a Câmara Municipal de Azambuja delibere autorizar a cedência gratuita, ao Corpo Nacional de Escutas — Agrupamento 1382 - Azambuja, de dois computadores (GROWING e COMPAQ S920) e dois monitores (COMPAQ S720 e COMPAQ V570), devidamente identificados em ficha anexa."----------
--- Uma vez posta a votação a Proposta nº 29-A/P/2017 foi aprovada por unanimidade.----------
--- 2. - Proposta Nº 30-A/P/2017 – Fundos de Maneio DAF e CPCJ ----------
--- O Senhor Presidente apresentou a Proposta que a seguir se transcreve: ----------
--- "Considerando:----------
---1. que o Decreto—Lei nº 544/99, de 22 de fevereiro, com as respetivas alterações (POCAL), permite, em casos de reconhecida necessidade, a constituição de Fundos de Maneio visando proceder a aquisições pequenas, urgentes e inadiáveis; ----------
---2. o estabelecido, no que concerne à constituição de Fundos de Maneio, no POCAL, na Norma de Controlo Interno (art. 22.), (Proposta 80/P/2014 aprovada em 22 de julho), e no Regulamento de Constituição e Reposição de Fundos de Maneio aprovado em reunião da Câmara Municipal de 3 março de 2003 e alterado em 04 de fevereiro de 2004; ----------
---3. ainda, o estabelecido na alínea a) do nº 3 do artigo 14º da Lei n.º 142/2015, de 9 de setembro, quanto ao montante transferido para os municípios com vista ao funcionamento das CPCJ.----------
Proponho a constituição a afetar às seguintes rubricas de classificação orçamental: ----------
Fundo de Maneio (Trimestre) — 2018----------

Códigos	DESIGNAÇÃO	Fundo de Maneio DAF	Fundo de Maneio CPCJ
02	**AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS**		
0201	Aquisição de bens:		
01	Matérias-Primas e Subsidiárias	100	
05	Alimentação - refeições confecionadas	100	
06	Alimentação - géneros para confecionar	50	120
08	Material de escritório	80	0
10	Produtos Vendidos nas Farmácias	0	60
14	Outro Material — Peças	200	0
21	Outros bens	200	50
0202	Aquisição de serviços:	20	
10	Transportes	100	
20	Outros trabalhos especializados	150	77,05
25	Outros serviços		
	Total	1.000,00	307,05

--- A reconstituição e a reposição serão realizadas de acordo com o Regulamento de Constituição e Regularização de Fundos de Maneio. A indicação do responsável pela gestão do Fundo de Maneio — DAF caberá ao dirigente do serviço e do Fundo de Maneio — CPC ao Presidente da CPCJ." ----------
--- Uma vez posta a votação a Proposta nº 30-A/P/2017 foi aprovada com cinco votos a favor (PS e CDU) e duas abstenções do PSD. ----------
--- 3. Proposta Nº 31-A/P/2017- Fundo Fixo de caixa - DAF e DDS----------
--- O Senhor Presidente apresentou a Proposta que a seguir se transcreve: ----------
--- "Considerando:----------
--- 1. que o Decreto-Lei nº 544/99, de 22 de Fevereiro, com as respetivas alterações (POCAL) permite, em casos de reconhecida necessidade, a constituição de Fundos Fixos de Caixa visando exclusivamente facilitar trocos a serviços responsáveis por cobrança em locais distintos da Tesouraria; ----------

--- 2. o estabelecido, no que concerne à constituição de Fundos de Caixa, no POCAL, no art.º 23 da Norma de Controlo Interno (Proposta 80/P/2014 aprovada em 22 de julho) e no Regulamento de Constituição e Reposição de Fundos Fixos de Caixa aprovado em reunião de Câmara Municipal de 22 de janeiro de 2007.
--- Proponho a constituição em 2018 de: ----------
--- um Fundo Fixo de Caixa, no valor de trezentos euros a atribuir ao DAF — UAP; ----------
--- um Fundo Fixo de Caixa, no valor de cinquenta euros a atribuir ao DDS — Desporto (Piscinas). ----------
--- A reposição será realizada de acordo com o Regulamento respetivo, cabendo a indicação dos responsáveis pela gestão dos Fundos de Caixa ao dirigente dos serviços e/ou eleito responsável pelos mesmos" ----------
--- Uma vez posta a votação a Proposta nº 27-A/P/2017 foi aprovada com cinco votos a favor (PS e CDU) e duas abstenções do PSD. ----------
---4. INFORMAÇÕES ----------
--- Departamento Administrativo e Financeiro – Divisão Financeira ----------
---Contabilidade: ----------
---4.1 Resumo da Execução Orçamental - Período de 1/1/2017 a 22/12/2017 ----------
--- A Câmara tomou conhecimento. ----------
---4.2 – INF. Nº24/P/2017/DAF– Modificação ao Orçamento----------
--- A Câmara tomou conhecimento ----------
--- Aprovisionamento, Período de 14/12/2017 a 27/12/2017 ----------
-- 4.3- Adjudicações de Bens e Serviços ao abrigo do Nº 4 do Art. 49º da LOE. ----------
--- A Câmara tomou conhecimento. ----------
---4.4- Adjudicações de Bens e Serviços de valor ≥ 25.000 Euros ----------
--- A Câmara tomou conhecimento. ----------
--- INTERVENÇÕES DO PÚBLICO ----------
--- Tomou a palavra o Sr. António Pires perguntando, em função do ofício enviado pelo Sr. Presidente à Zubareia no sentido de estes darem cumprimento ao Plano de Recuperação Paisagística e da Vistoria recentemente efetuada ao local e, tendo em conta o referido na carta da CCDR, o que pensava fazer para obrigar a empresa a proceder à recuperação. A propósito de informação que lhe tinha sido dada, de o aterro de Mato da Cruz ter já algumas células fechadas, o da Zubareia nas células 2 e 3 passar a receber as cinzas perigosas que estão a ir para a Chamusca, e que a Leirimobil – Empresa da Valorsul já fora contactada, perguntou qual a veracidade de a Câmara ir autorizar a colocação de de resíduos perigosos. Disse terem-lhe dito também que a CCDR não via inconvenientes e que perante isto o que é que a Câmara pretendia fazer. ----------
--- O Sr. Presidente disse não saber nada acerca do assunto exposto, pelo que não poderia emitir qualquer opinião e que só se pronunciava acerca de factos concretos e nunca em função do "que se dizia ou ouvia dizer ". Informou ter recebido nesse dia a ata da Vistoria da Comissão de trabalho e que após dela tomar conhecimento a disponibilizaria. ----------
--- Interveio o Sr. José Carlos que perguntou se o edifício do nº 18 da R. dos Campinos (antiga Estação Elevatória das Águas) tinha sido cedido à AdAz aquando da Concessão, ou estava ainda em poder do Município, a que o Sr. Presidente respondeu ter o mesmo sido cedido, há uns anos, à Associação dos Pescadores de Azambuja através de Protocolo. ----------
--- A Sra. D. Conceição Maurício, a propósito de um abatimento de terras na R. dos Pereiras, em Aveiras de Cima, após uma intervenção da AdAz e que provocara diversos rebentamentos de pneus, enviara um mail ao Sr. Presidente com conhecimento do Vereador do Pelouro expondo o seu ponto de vista de que a Câmara deveria, em primeira mão, ressarcir os acidentados após o que entraria em entendimento com a concessionária (um processo mais moroso, mas que a Câmara podia suportar melhor que os munícipes). Referiu não concordar com a resposta obtida de que a responsável seria sempre a AdAz que, após receção e análise das reclamações as enviaria ao empreiteiro que, por sua vez, as enviaria à sua seguradora. ------
--- Em resposta, o Sr. Vereador Silvino Lúcio disse manter a opinião plasmada na sua resposta, que de acordo com a leitura que fazia das atribuições e obrigações da concessionária, esta era uma delas devendo por isso responsabilizar-se. ----------
--- O Sr. Presidente disse partilhar da opinião do Vereador. A responsabilidade da Câmara era pressionar a AdAz no sentido de ser célere na resolução dos problemas dos Munícipes. Ainda nessa manhã ligara à empresa nesse sentido. No entanto, iria colocar a questão ao jurista da Câmara, e que se tal fosse possível poder-se-ia proceder em conformidade. ----------
--- O Sr. Manuel Couceiro lembrou as várias situações em que assinalava a necessidade de as

concessionárias, após as intervenções efetuadas, deixarem as vias publicas em condições, sendo uma delas a Estrada da Margana. Em relação ao encerramento das Piscinas Municipais de 23 de dezembro a 3 de janeiro perguntou qual o critério para tal, uma vez que as mesmas tinham aberto há tão pouco tempo e que numa altura de férias (escolares ou não), era-lhe impossível perceber tal procedimento. ----------

--- O Senhor Presidente disse que o encerramento, apesar de parecer longo, de acordo com a calendarização da época, se limitara a três dias úteis. Período que fora aproveitado, aliás, para efetuar uma limpeza profunda das águas. ----------

--- ENCERRAMENTO ----------

--- Eram dezasseis horas e dez minutos quando o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião. ----------

--- Para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo Sr. Presidente e pelo Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro, Maria Irene Lameiro, sob cuja responsabilidade foi elaborada.